

1 **ATA N.º 25/04 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

2 Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2004, reuniu-se às dezenove horas no
3 Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde de Porto
4 Alegre, em Plenária Ordinária com os seguintes Conselheiros presentes: **Titulares:** Oscar
5 Paniz, Darci Azevedo, Riograndino de Oliveira, Darci Dias, Deoclides de Almeida, Zilda
6 Martins, Maria Ivone Dill, Maria Encarnación Ortega, Regina Lender, Elen Borba, Ana
7 Cirne, Glauciara Maria Oliveira Benites, Mariza Waschburger, Paula Fiori, Ana Maria
8 Moreira, Maria da Graça Labrea, Isis da Silveira, Alair Rosinete da Silva, Alcides
9 Pozzobon, Roger Rosa, Márcia Nunes, Nei Carvalho. **Suplentes:** Valdir Gomes, Maria
10 Letícia Garcia, Jaci dos Santos, Humberto Scorza, Lísia Gabe, Luciano Dutra. **Falta**
11 **Justificada:** Alair Rosinete, Ana Maria Moreira e Ângela Nunes. Leitura da Ata resumida
12 nº 24 pela Vice-Coordenadora Ana Cirne, que após lida foi aprovada por 15 votos
13 favoráveis, 04 abstenções e nenhum contrário. 1) Informes: a) O Coordenador Nei
14 Carvalho lembra a combinação de não ocorrer plenária dia 23-12-04, mas que entraram
15 vários projetos neste período, que envolvem recursos e necessitam parecer do CMS até
16 31-12-04. O Sr. Humberto Scorza diz que a plenária é soberana e quando decidiu que
17 não haveria extraordinária estava diante dos fatos do dia. O Sr. Deoclides Almeida
18 pergunta qual a urgência dos mesmos. A Sra. Alair Rosinete Silva diz se os projetos da
19 Santa Casa prevêm o cumprimento da convenção coletiva de trabalho que há 8 anos a
20 instituição não atende. O Sr. João Menezes diz que os TSs não podem adoecer na Santa
21 Casa . O Sr. Humberto Scorza sugere plenária exclusiva sobre os TSs, mas agora a
22 discussão é outra. A Sra. Ana Boll fala que o GHC não remeteu os documentos aos
23 conselheiros. Não se pede espaço exclusivo para o GHC, mas se existe possibilidade de
24 extraordinária a SMS pautará o GHC. Colocada em votação, a proposta de plenária
25 extraordinária em 28-12-04 foi aprovada por 19 votos favoráveis, 04 abstenções e 05
26 contrário. O prazo mínimo pelo Resolução CMS 36/04 é para o dia 28-12-04, terça-feira.
27 A SETEC fez parecer sobre o GHC remetendo-o para os CDSs. Ou o GHC vem para o
28 dia 28 ou vai para os CDSs. A Sra. Ana Boll reforça que a plenária é soberana para
29 decidir se vai apreciar o GHC no dia 28 e verificar se está habilitada para votar. O Sr.
30 Antonio Tolla fala que se a plenária remete aos CDSs o CMS terá que aguardar os CDSs.
31 O Sr. Darci Azevedo e a Sra. Maria Encarnacion Ortega informam que os CDSs já
32 encerraram as atividades de 2004. A Sra. Elen Borba fala que os CDSs terão que ter
33 extraordinária. A Sra. Maria Ivone Dill informa que o CDS - Leste já tem pauta em janeiro
34 e em fevereiro está de férias. O GHC tem que assumir a contratação dos TSs, conforme
35 previa o convênio aprovado no CMS, sendo aplaudida. O Sr. Humberto Scorza pergunta
36 se tem prazo, para o GHC lhe parece que não. Não vê porque perder tanto tempo com o
37 GHC, neste momento. Já está aprovado pelo CMS, não precisa vir dia 28-12-04. O Sr.
38 Paulo Ferreira do CDS Norte reforça que não é preciso atropelar, pois o presidente Lula
39 assinou Medida Provisória, permitindo contratação de TSs para a Saúde. A Sra. Maria
40 Encarnacion Ortega lamenta a manifestação da SETEC de que se os CDSs não fizerem
41 extraordinária, não têm interesse de apreciar. É preciso que a comunidade participe desta
42 discussão. O Sr. Deoclides Almeida diz que o GHC tem que respeitar este Conselho. A
43 Sra. Ana Boll considera incorreto o CMS vedar uma pauta. Colocada em votação a
44 apreciação da Readequação do Convênio SMS X GHC na plenária extraordinária de 28-
45 12-04 foi recusada por 18 votos contrários, 05 abstenções e 04 favoráveis. Se entrarem
46 outros projetos que atendam ao prazo de 7 dias, há condições de incluir para o dia 28-12-
47 04. **2) Pauta:** A) Plano de Aplicação I CRST. Incentivo da Rede Nacional. Parecer
48 SETEC 74/04 – Plano de Aplicação de Recursos do Centro de Referência de Saúde do
49 Trabalhador, valor de R\$ 527.000,00- Recursos do Fundo Nacional de Saúde, para

50 utilização em RH, vigilância, equipamentos e atendimento para Saúde do Trabalhador. A
51 CRST não está negociando porque o estado não repassou recursos para o aumento da
52 equipe desde 2002. Quando os 3 entes entrarem com recursos atenderá 48 municípios,
53 Zilda Martins pergunta como anda a fiscalização dos Ambientes de Trabalho e a ADIN.
54 Ana Boll informa que a ADIN está no Supremo Tribunal e o Relator na Câmara dos
55 Deputados é o Sr. Tarcísio Zimmermann. O Sr. Humberto Scorza refere que mais do que
56 nunca a Comissão de Saúde do Trabalhador precisa se organizar. O Coordenador Nei
57 Carvalho informa a estruturação da CST, espera que os TSs participem. Reuniões todas
58 as 5º feiras às 17, 30. O Sr. João Menezes sugere que se discuta o Assédio Moral na
59 CST. Colocado em votação o Plano de Aplicação em Saúde do Trabalhador foi aprovado
60 por 30 votos favoráveis, sem contrários e abstenções. B) **A Emenda Parlamentar do**
61 **senador Paulo Paim para a Maternidade Mário Totta Dr. Sérgio Pilla Grossi e**
62 **Rosana Peres analista de projetos**, Dr. Leonardo Fernandes explicam as necessidades
63 para a unidade com 42 leitos sendo 16 leitos, de UTI. Ana Moreira fala que na
64 Maternidade Mário Totta 89% atende ao SUS. A Sra. Rosana Peres diz que todo recurso
65 do MS é auditado, caso contrário não estaria sequer habilitado perante o MS. Após
66 auditoria o MS envia relatório. Trata-se de reposição de equipamentos. A Sra. Maria
67 Encarnacion Ortega, qual o % destinado para POA. Dr. Sérgio Pilla Grossi diz que
68 atendem a todos que chegam. Se chega parindo tem que atender. De 35 a 40% são
69 região metropolitana. Idem nas emergências. O Sr. Humberto Scorza destaca a finalidade
70 da Maternidade e considera que a importante a CF acompanhe. Lamenta que a Santa
71 Casa esteja distante da população. A Sra. Lígia SINFARS a auditoria é marcada com
72 antecedência a equipe da Comissão de Fiscalização do CMS não avisa suas visitas aos
73 locais. A emergência tem 7 leitos, 16% da ocupação com risco de vida, 40% compensam
74 na emergência e voltam para casa. O Desfibrilador atual não possui nem cardioversão e
75 nem marcapasso acoplado. A emergência do SUS é porta de entrada para o complexo.
76 Viamão começou a funcionar mais então caem a demanda na Santa Casa. Parecer
77 SETEC nº 80/04 – Santa Casa, no valor de R\$ 56.000,00 – Recursos da Emenda
78 Parlamentar do Senador Paulo Paim. Colocada em votação foi aprovada por 32 votos
79 favoráveis, 01 contrário e sem abstenção. C) Projeto Vulnerabilidade – FAURGS.
80 Levantamento de causa dos mortes e vinculação para a mídia pela Rede Vivo e com
81 elaboração dos documentos técnicos sobre as mortes no Brasil. O Sr. CITOLIN
82 parabeniza a SMS que semanalmente informa as causas de óbito nas USs. A Fome Zero
83 tem que trabalhar o emprego. O Sr. Darci Dias sugere que se substitua o piche por
84 cimento nas faixas de segurança. O Sr. Labatut sugere que o estudo incorpore causas de
85 óbitos no trânsito. A pesquisa dará subsídios a SMS para políticas públicas. Parecer
86 SETEC nº 79/04 – **Projeto de Prevenção da Violência da FAURGS, valor de R\$**
87 **100.000,00- Recursos do Ministério da Saúde.** Colocado em votação foi aprovado por
88 25 votos favoráveis, 02 abstenções e nenhum contrário. D) Residência em Saúde Mental
89 A Sra. Simone informa que em agosto reunião em POA com vários Municípios que
90 encontrou Residência Integrada em Saúde -colocando em pauta na Comissão de saúde
91 Mental em novembro. São 24 meses 02 vagas/medicina/assistência social/etc.. sendo
92 substituído por Projeto Aperfeiçoamento em Saúde Mental. O Dr. Régis Cruz do HPS,
93 será o coordenador do curso junto ao MS. A Sra. Ana Moreira vê com satisfação a
94 mudança pois não existe, pelo CREMERS, a especialidade em Saúde Mental e sim em
95 Psiquiatria. Considera a carga horária de 60 horas semanais excessiva. O Sr. Humberto
96 Scorza diz que a Saúde Mental tem muita projeção mas não se consegue acesso por
97 esbarrar-se em uma série de dificuldades. Capacitar é bom diz ele, mas é preciso investir
98 em infra-estrutura para o atendimento em Saúde Mental e alcoolismo. A Sra. Zilda

99 Martins fala que diminuem-se leitos mas não aumenta o atendimento em ambulatório
100 para a Saúde Mental. A proposta, diz o Dr. Régis Cruz baseia-se nas experiências
101 anteriores dos proponentes que identificaram 60 h/semana como CH, até insuficiente,
102 conforme o caso. O Sr. Régis Cruz lembra que no Projeto São Pedro Cidadão foram
103 investidos mais de 3 milhões de reais. O perfil da Saúde Mental só é modificado com
104 investimento e pessoas capacitadas. A PMPA promoveu curso em Saúde Mental ao TSs
105 que trabalham dentro da proposta da Reforma Psiquiátrica. A Sra. Lísia Gabe refere a
106 ausência de Farmacêutico no Projeto Residência. O Dr. Hans Ingomar Scherren fala que
107 a Comissão de Saúde Mental do CMS tem a finalidade de avaliar Política de Saúde
108 Mental. Em janeiro de 2004 foi apresentada a Atualização em Saúde Mental ao CMS não
109 tendo sido enviada antes à Comissão. O CMS recebeu o documento sobre a atualização
110 em Saúde Mental em 26-02-04. A ASSEPLA/SMS pediu pauta sobre a Política de Saúde
111 Mental em novembro. A Comissão analisou a proposta apresentada e encaminhou a
112 solicitação de detalhamentos quanto a grade curricular, quadro técnico, critérios para a
113 preceptoria, locais de estágio, etc. Em 25-11-04 foi publicado o edital para o processo
114 seletivo de Residência em Saúde Mental. A Comissão compete bloquear as ações de
115 afogadilho e assegurar de que todos os elementos foram identificados. A SMS pode estar
116 fazendo convênios e formação com outros cursos em entidades já existentes. O Dr. Hans
117 Ingomar destaca o trabalho da ASSEPLA/Saúde Mental em transformar em ação a
118 Política. A Sra. Zilda Martins pergunta como articular o SAMU com a Saúde Mental. A
119 ASSEPLA diz que os TSs têm dificuldade de atuar no CAPS. Para amplia-los só com TSs
120 capacitados. A grade curricular foi inspirada no modelo de Salvador, Porto Alegre e
121 Campinas. Foi acordado que a Comissão de Saúde Mental do CMS será incluída nas
122 discussões. Colocada em votação a alteração de Residência em Saúde Mental para
123 Aperfeiçoamento em Saúde Mental foi aprovada por 17 votos favoráveis, nenhum
124 contrário e sem abstenções. **Pauta D) Relatório de Prestação de Contas do 3º**
125 **Trimestre 2004.** A Sra. Juliana Corrêa apresenta o relatório que consta em anexo . Existe
126 carência de médicos em 8 PSF. Os dados sobre medicamentos fecham no quadrimestre,
127 por isso que nem sempre aparecem no relatório trimestral. O Sr. Darci Azevedo acusa
128 falta de medicamentos na região Eixo/Baltazar. Ana Cirne refere que o Lami recebeu
129 apenas 1/5 de suas necessidades, ocorrendo um desabastecimento geral. A Secretária
130 Ana Boll apresenta o Relatório de Prestação de Contas do Projeto Parceria Resolve do
131 Município, aprovado em abril no CMS e apresentando o executado, os rendimentos e as
132 demandas a cumprir. Os recursos do OP Estadual foram parcelados em 44 vezes.
133 Aumentam a cobertura das consultas de pré-natal para 67% dos casos. Os RNs
134 consultam em média com 10 dias e as puérperas com 15 dias. O agendamento com a
135 regionalização, está fechando em 100% do solicitado. O Sr. Darci Azevedo pergunta
136 sobre as obras do PSF Cordeiro. A Secretária Ana Boll fica de verificar se houve recurso
137 na licitação. A SMS comprometeu-se de cumprir todas as demandas reprimidas do OP
138 mesmo que tivesse de arcar com os recursos próprios, perante a plenária do CMS. O Sr.
139 Citolin do GHC indaga se os recursos do GHC passam aqui no CMS. A Sra. Juliana
140 Corrêa esclarece que a produção hospitalar é dos próprios mas não incluem as USs
141 comunitárias do GHC nem do Murialdo. Colocado em votação o relatório de Prestação de
142 Contas do 3º trimestre de 2004 foi aprovado por 17 votos favoráveis, sem abstenções e
143 contrários. Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se às 22,40 horas e dela eu,
144 Eliana Aguiar de Carvalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo
145 Coordenador. Porto Alegre, 16 de dezembro de 2004.

146

147
148

Nei Carvalho
Coordenador do CMS/POA

Eliana Aguiar de Carvalho
Secretária Executiva do CMS/POA